



Demonstrações Financeiras 2023

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS

Assunto: Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório do Auditor Independente, o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DMPL, a DFC, a DRA e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 15/02/2024, no site oficial do Sicredi (www.sicredi.com.br).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Giorgio Martins Bonato
Diretor Executivo
CPF: 867.644.891-49

Antônio Carlos Peres
Diretor de Operações
CPF: 528.531.361-91

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20





Demonstrações Financeiras 2023

**Cooperativa de Crédito, Poupança e
Investimento do Centro Sul do Mato Grosso
do Sul - Sicredi Centro-Sul MS**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria**



Relatório de Administração



Somos o

A primeira instituição
financeira cooperativa
do Brasil

Neste documento, a administração da Cooperativa, seguindo o princípio do cooperativismo de transparência na gestão e em conformidade aos dispositivos legais e estatutários, divulga as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

O Sicredi é uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento de seus associados e com o desenvolvimento das regiões onde atua. Possui um modelo de negócio que constrói uma cadeia de valor que beneficia o associado, a cooperativa e a comunidade local, oferecendo soluções inteligentes para um desenvolvimento financeiro sustentável com foco na ampliação do nosso impacto positivo econômico, social, ambiental e climático, reduzindo os efeitos adversos.

Com um propósito único que evolui com a participação coletiva, somos uma cooperativa que além de multiplicar resultados positivos, está comprometida em “fazer juntos para fazer a diferença”.



Temos porte e presença nacional

- Estamos presentes em **todos** os estados e Distrito Federal
- Temos agências em mais de **1,9 mil** municípios
- Em mais de **200** municípios somos a única instituição financeira com presença física
- Somos mais de **7,5 milhões** de associados, além da presença no ecossistema digital
- Temos mais de **2,6 mil** agências e pontos de atendimento

Nossas soluções financeiras são modernas e colaborativas

Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros:



Conta corrente

Cartões



Investimentos



Seguros



Consórcios



Máquina de cartões



Câmbio



Crédito e muito mais

Durante o exercício de 2023 destacamos os seguintes fatos administrativos:

Nós, da Sicredi Centro-Sul MS/BA, tivemos várias conquistas importantes em 2023 voltadas para nossos associados e para a comunidade. Fechamos o ano com quase 140 mil associados e houve crescimento em todos os nossos resultados financeiros, o que demonstra que nossa Cooperativa é forte e pujante.

Assumimos um novo desafio, expandir nossa atuação para o estado da Bahia, onde vamos levar para os associados e para as comunidades dos 54 municípios da região nossos propósitos baseados em princípios que têm as pessoas no centro, levando autonomia e independência e um modelo de governança sustentável. Em Mato Grosso do Sul, estamos presentes fisicamente nos 38 municípios da nossa área de atuação, seguindo também para os distritos, onde ano passado inauguramos duas novas agências nos distritos de Nova Itamarati e Nova Casa Verde, atendendo pessoas que nunca tiveram uma instituição financeira próxima, reforçando nosso papel de estarmos cada vez mais perto.

Neste ano, iniciamos obras importantes para nós e para toda a comunidade. Somos a primeira cooperativa financeira, em nível sistêmico, a construir um hospital que atenderá pacientes gratuitamente, via Sistema Único de Saúde, o Hospital de Amor, que já é referência nacional no tratamento de pessoas com câncer em Barretos (SP). Também estamos construindo a nossa nova sede administrativa, gerando mais conforto aos colaboradores e agilidade no atendimento do associado.

Com o objetivo de estimular nossos associados a pouparem e incentivar a educação financeira, em 2023, promovemos mais uma edição da campanha promocional "Poupar e Investir é para Todos". As promoções "Crescer e Viajar é Tudo de Bom" e o "1º Concurso de Redação da Sicredi Centro-Sul MS/BA" também movimentaram a nossa região, nos auxiliando a disseminar o conceito e os princípios do cooperativismo aos nossos associados e jovens da nossa área de atuação.

Entre nossos produtos e serviços, um dos destaques está alinhado à Economia Verde: o financiamento para energia solar. Nossa Cooperativa evoluiu nessa carteira nos últimos três anos, movimentando R\$ 337,8 milhões, em 4,9 mil novas operações. Em 2023, foi liberado valor de R\$ 54,7 milhões, em 848 operações.

No Sicredi não é só dinheiro, é ter com quem contar.

Valorizamos as pessoas e a diversidade

Algumas iniciativas

COMITÊS MULHER E JOVEM

Buscamos promover diversidade e formar novas lideranças, nossos comitês trazem força para essas iniciativas em todas as regiões onde atuamos.

PROGRAMA PERTENCER

Buscamos engajar os associados e orientar o modelo de gestão participativa, estimulando a participação nas assembleias e nos processos decisórios.

PROGRAMA A UNIÃO FAZ A VIDA

Buscamos promover os valores da cooperação e cidadania entre crianças e adolescentes.

PROGRAMA CRESCER

Buscamos promover entre associados e futuros associados uma maior compreensão sobre as sociedades cooperativas de crédito.



No ano de 2023, o Programa A União Faz a Vida envolveu 20 escolas, com participação de 90 professores que impactam diretamente a vida de 1500 alunos com ações que contribuem com uma educação cooperativista.

Também impacta mas a vida das pessoas com a execução de projetos voltados ao desenvolvimento social por intermédio do nosso Fundo Social. Em 2023, foram R\$ 2 milhões destinados a 342 projetos.

Demos continuidade ao apoio financeiro para o funcionamento da Unidade Móvel do Hospital de Amor, que realiza exames preventivos (Papaviscóu e mamografia) em mulheres da área de atuação no MS.

Ao longo do ano, operamos em soluções responsáveis, com as atividades do nosso programa de educação financeira Cooperação na Ponta do Lápis. Também, circulamos com a peça teatral Circo das Sanhas, impactando crianças e adolescentes de escolas públicas e privadas.

Somos muito gratos a vocês, associados, colaboradores e parceiros, por esse ano de trabalho e dedicação para o desenvolvimento das pessoas e das comunidades.

Ratings atribuídos ao Sicredi pelas principais agências de riscos do mundo:

AA+ (bra) – Fitch
AAA.br – Moody's
brAAA – Standard & Poor's

Reconhecimentos

Em 2023 fomos reconhecidos, em vários dos mais célebres rankings e premiações nacionais e internacionais como:

- Reconhecimento pelo Environmental Finance Impact Awards 2023, categoria Lender of the year,
- Premiação em três categorias do Open Summit Awards 2023, 1º lugar na categoria "Destaque S3/S4/S5",
- Prêmio Environmental Finance Bond Awards, na categoria Empréstimo Social para mulheres empreendedoras,
- Melhores Empresas para Trabalhar, da GPTW,
- Reconhecimento pelo BNDES com o 1º lugar nas categorias "Atendimento ao Cliente" e "Economia Verde".

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
Dourados - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS ("Cooperativa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 08 de fevereiro de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F



Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

ATIVO		31/12/2023	31/12/2022	PASSIVO		31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		5.934.291	5.097.497	PASSIVO		4.892.801	4.257.341
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	35.427	33.511	DEPÓSITOS	(Nota 11)	3.139.307	2.865.118
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		5.881.507	5.100.638	Depósitos à vista		558.272	516.588
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	49.162	104.797	Depósitos de poupança		75	-
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	2.347.564	2.113.469	Depósitos interfinanceiros		306.578	175.257
Centralização financeira	(Nota 04)	286.529	163.128	Depósitos a prazo		2.274.382	2.173.273
Relações interfinanceiras ativas		365	23	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		1.360.906	1.056.095
Operações de crédito	(Nota 07)	2.922.833	2.512.280	Recursos de aceites e emissão de títulos	(Nota 12)	24.310	-
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	275.054	206.941	Relações interfinanceiras	(Nota 13)	1.326.112	1.048.396
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(188.334)	(115.075)	Obrigações por repasses	(Nota 14)	2	338
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	116.851	11.521	Outros passivos financeiros	(Nota 15)	10.482	7.361
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	83.352	60.115	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 16)	482	861
INTANGÍVEL	(Nota 10)	5.488	6.787	OUTROS PASSIVOS	(Nota 17)	392.106	335.267
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 18)	1.041.490	840.156
				CAPITAL SOCIAL		449.940	346.283
				RESERVAS DE SOBRAS		490.074	422.647
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		101.476	71.226
TOTAL DO ATIVO		5.934.291	5.097.497	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.934.291	5.097.497

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

Descrição das contas	01/07/2023 a 31/12/2023 (Não auditado)	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	463.681	885.348	661.087
Operações de crédito (Nota 07)	290.197	549.096	442.733
Resultado de títulos e valores mobiliários	159.656	310.016	141.746
Resultado das aplicações compulsórias	70	133	32
Ingressos de depósitos intercooperativos	13.758	26.103	76.576
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(262.585)	(531.102)	(368.122)
Operações de captação no mercado (Nota 22)	(137.049)	(276.600)	(216.573)
Operações de empréstimos e repasses	(65.620)	(121.560)	(80.318)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 07)	(59.916)	(132.942)	(71.231)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	201.096	354.246	292.965
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(65.250)	(116.479)	(86.915)
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 23)	58.026	109.761	89.874
Rendas de tarifas bancárias	4.169	7.222	12.053
Dispêndios e despesas de pessoal (Nota 25)	(52.807)	(97.527)	(82.364)
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 26)	(47.951)	(98.324)	(85.170)
Dispêndios e despesas tributárias	(1.823)	(2.332)	(792)
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 27)	26.404	45.631	32.236
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 28)	(51.268)	(80.910)	(52.752)
RESULTADO OPERACIONAL	135.846	237.767	206.050
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	135.846	237.767	206.050
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20)	1.076	-	-
Provisão para Imposto de Renda	663	-	-
Provisão para Contribuição Social	413	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(10.800)	(19.910)	(19.570)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	126.122	217.857	186.480

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2022	271.224	336.380	12.819	63.854	684.277
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	30.107	-	-	(60.306)	(30.199)
Destinação para Fundo Social	-	-	-	(2.976)	(2.976)
Outras destinações	-	-	-	(572)	(572)
Capital de associados					
Aumento de capital	24.231	-	-	-	24.231
Baixas de capital	(11.449)	-	-	-	(11.449)
Resultado do exercício	-	-	-	186.480	186.480
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(7.123)	(7.123)
Juros sobre o capital próprio	32.170	-	-	(34.683)	(2.513)
Reserva legal - Estatutária	-	64.103	-	(64.103)	-
Reserva de Expansão - Recuperação de prejuízo	-	-	9.345	(9.345)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2022	346.283	400.483	22.164	71.226	840.156
Mutações do Exercício	75.059	64.103	9.345	7.372	155.879
Saldos no início do exercício em 01/01/2023	346.283	400.483	22.164	71.226	840.156
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	35.405	-	-	(59.060)	(23.655)
Destinação para Fundo Social	-	-	-	(9.865)	(9.865)
Destinação para Fundos Voluntários	-	-	-	(1.865)	(1.865)
Outras destinações	-	-	-	(436)	(436)
Saldo de incorporação	-	(1.758)	-	-	(1.758)
Capital de associados					
Aumento de capital	47.658	-	-	-	47.658
Baixas de capital	(16.546)	443	-	-	(16.103)
Resultado do exercício	-	-	-	217.857	217.857
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(7.806)	(7.806)
Juros sobre o capital próprio	37.140	-	-	(39.833)	(2.693)
Reserva legal - Estatutária	-	46.835	-	(46.835)	-
Reserva de Expansão - Recuperação de prejuízo	-	-	10.407	(10.407)	-
Reserva legal - Doação SFG	-	11.500	-	(11.500)	-
Saldos no fim do exercício em 31/12/2023	449.940	457.503	32.571	101.476	1.041.490
Mutações do Exercício	103.657	57.020	10.407	30.250	201.334
Saldos no início do semestre em 01/07/2023 (Não auditado)	390.824	400.483	22.164	91.735	905.206
Saldo de incorporação	-	(1.758)	-	-	(1.758)
Capital de associados					
Aumento de capital	29.566	-	-	-	29.566
Baixas de capital	(7.590)	443	-	-	(7.147)
Resultado do semestre	-	-	-	126.122	126.122
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(7.806)	(7.806)
Juros sobre o capital próprio	37.140	-	-	(39.833)	(2.693)
Reserva legal - Estatutária	-	46.835	-	(46.835)	-
Reserva de Expansão - Recuperação de prejuízo	-	-	10.407	(10.407)	-
Reserva legal - Doação SFG	-	11.500	-	(11.500)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2023	449.940	457.503	32.571	101.476	1.041.490
Mutações do Semestre	59.116	57.020	10.407	9.741	136.284

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

	01/07/2023 a 31/12/2023 (Não auditado)	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	183.732	352.544	260.165
Resultado do semestre/exercício	126.122	217.857	186.480
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	57.610	134.687	73.685
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	59.916	132.942	71.231
Distribuição de dividendos	(478)	(1.218)	(812)
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	10	(9)	(10)
Depreciação e amortização	5.620	10.844	10.005
Baixas do ativo permanente	307	313	135
(Reversão) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	41	(379)	259
Destinações ao FATES	(7.806)	(7.806)	(7.123)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(503.848)	(387.730)	506.427
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(15.060)	55.635	(75.640)
(Aumento) em títulos e valores mobiliários	(259.707)	(436.410)	(512.713)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	18.561	(342)	57
(Aumento) em operações de crédito	(368.699)	(470.236)	(97.579)
(Aumento) Redução em recursos de aceites e emissão de títulos	24.310	24.310	-
Aumento em relações interfinanceiras passivas	44.852	277.716	350.396
(Aumento) em outros ativos financeiros	(47.812)	(66.895)	(49.880)
(Aumento) Redução em outros ativos	(103.805)	(105.321)	2.162
Aumento em depósitos	88.154	274.189	809.726
Aumento em passivos financeiros	133	3.121	665
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(21)	(336)	(648)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(3.426)	(9.057)	(10.182)
Aumento em outros passivos	118.672	65.896	90.063
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(320.116)	(35.186)	766.592
Aquisição de imobilizado de uso	(25.327)	(31.650)	(19.004)
Aplicações no intangível	(757)	(1.445)	(2.193)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(26.084)	(33.095)	(21.197)
Integralização de capital	29.566	47.658	24.231
Baixa de capital	(7.147)	(16.103)	(11.449)
Juros ao capital próprio	(2.693)	(2.693)	(2.513)
Distribuição de Sobras	-	(35.821)	(33.747)
Patrimônio líquido de incorporada	(1.758)	(1.758)	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	17.968	(8.717)	(23.478)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	(328.232)	(76.998)	721.917
Caixa e equivalente de caixa no início do período	1.896.410	1.645.176	923.259
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	1.568.178	1.568.178	1.645.176

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS
CNPJ/MF nº 26.408.161/0001-02

	01/07/2023 a 31/12/2023 (Não auditado)	01/01/2023 a 31/12/2023	01/01/2022 a 31/12/2022
Resultado líquido do exercício	126.122	217.857	186.480
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	126.122	217.857	186.480

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Centro Sul do Mato Grosso do Sul - Sicredi Centro-Sul MS ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 05/02/1990 e sede situada na Avenida Weimar Gonçalves Torres, 2047, na cidade de Dourados - Mato Grosso do Sul. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2023, está organizado por 105 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 2.600 pontos ativos, dos quais a Cooperativa opera em 49 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 (duzentos e cinquenta mil reais) por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 00 (R2), 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1), 41 e 46 e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pelas Leis Complementares nº 130/09 e 196/22.

a) Cessão de área de atuação realizada com a Sicredi Expansão

Em 10 de outubro de 2023, foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária a cessão de área de atuação realizada com a Sicredi Expansão, sendo o objeto a transferência dos direitos de atuação nos municípios de Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Aratuípe, Baixa Grande, Cachoeira, Camaçari, Candeias, Castro Alves, Catu, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Dias d'Ávila, Feira de Santana, Ipecaetá, Ipirá, Irará, Itanagra, Itaparica, Itatim, Jaguaripe, Lauro de Freitas, Macajuba, Madre de Deus, Mairi, Maragogipe, Mata de São João, Mundo Novo, Nazaré, Ouriçangas, Pintadas, Pojuca, Rafael Jambeiro, Salinas da Margarida, Salvador, Santa Bárbara, Santa Teresinha, Santanópolis, Santo Amaro, Santo Estêvão, São Félix, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campos, São Sebastião do Passé, Saubara, Serra Preta, Simões Filho, Tanquinho, Teodoro Sampaio, Terra Nova, Várzea da Roça, Vera Cruz, no Estado da Bahia, contemplando, entre outras avenças, também, a cessão dos Pontos de Atendimento Cooperativo (PAC) nos mencionadas Municípios ("ponto comercial"), ativos e passivos, os contratos de trabalho dos empregados nela lotados, seu mobiliário, a carteira de crédito e todos os produtos e serviços contratados pelos associados vinculados a tais PACs da Sicredi Expansão.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 6 de fevereiro de 2024.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 11.674 (dezembro de 2022 - R\$ 8.517) referente a Atos Não Cooperativos. Este resultado não está considerando os juros sobre capital próprio, o qual também é ato não cooperativo, não sendo apresentado na DSP.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa, não investidas em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.
- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários, identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

Os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata die".

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata-die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 15%. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expressas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

t) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Disponibilidades	35.427	33.511
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	1.246.222	1.448.537
Centralização financeira	286.529	163.128
Total	1.568.178	1.645.176

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2023 equivale a 100% do CDI (dezembro de 2022 - 100%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2023				31/12/2022
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	49.162	49.162	104.797
Total	-	-	49.162	49.162	104.797
Total não circulante				49.162	104.797

As aplicações de DI entre a Cooperativa e o Banco Sicredi são efetuadas para cobrir a necessidade de funding do Banco em função das operações realizadas pelas cooperativas com seus associados (crédito rural equalizado, antecipação de recebíveis, consignado, INSS, prorrogações, entre outros). Além desta finalidade, algumas operações de DI buscam proteger a carteira de crédito da cooperativa (operações de hedge) e outras buscam prover liquidez ao Banco para destinações diversas.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2023				31/12/2022
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Títulos de renda fixa - CPR	119.703	753.184	104.040	976.927	591.878
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	448.444	-	-	448.444	647.603
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	797.778	-	-	797.778	800.934
Participações de Cooperativas	-	-	124.415	124.415	73.054
Total	1.365.925	753.184	228.455	2.347.564	2.113.469
Total circulante				2.119.109	2.016.740
Total não circulante				228.455	96.729

A partir de julho de 2022, o BACEN estabeleceu, através da Instrução Normativa BCB Nº 268 de 01 de abril de 2022, que as participações de cooperativas, anteriormente apresentadas na rubrica de outros investimentos, passaram a ser classificadas em títulos e valores mobiliários.

O valor de mercado das cédulas do produtor rural (CPR) é mensurado a partir da curva de juros, indexado ao Depósito Interfinanceiro (DI) e taxas pré-fixadas em contrato, os títulos são registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na ANBIMA.

a) Participações de cooperativas

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2023	31/12/2022
Sicredi Participações S.A.	37.676	29.594
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	86.737	43.458
Total	124.415	73.054

Apresentamos abaixo os números de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais dos investimentos em dezembro de 2023, os quais passaram a ser apresentados, a partir de dezembro de 2022, em títulos e valores mobiliários - participações de cooperativas:

Descrição	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Número de ações/quotas possuídas	12.228.676 ON	9.607.381 ON	2	2	86.736.999	43.457.741
	25.447.612 PN	19.986.580 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,87%	0,92%	1,24%	1,24%	23,18%	20,50%
Capital social	4.341.716	3.208.211	161	161	374.222	212.030
Patrimônio líquido	4.427.933	3.298.737	416.033	369.267	386.547	219.165
Resultado líquido do exercício	120.326	115.902	46.767	1.195	(3.040)	(2.240)
Valor das participações das cooperativas	37.676	29.594	2	2	86.737	43.458

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO
a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2023				31/12/2022	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da carteira	Total da carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	56.563	298.449	612.943	648.839	1.616.794	1.328.074
Financiamentos	2.786	56.864	153.070	324.410	537.130	488.208
Financiamentos rurais e agroindustriais	4.971	63.595	585.239	114.456	768.261	695.998
Financiamentos habitacionais	24	10	15	599	648	-
Total das operações de crédito	64.344	418.918	1.351.267	1.088.304	2.922.833	2.512.280
Avais e fianças honrados (Nota 08)	226	523	-	-	749	118
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	127	565	1.192	4.280	6.164	7.598
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08)	-	179.338	66.052	681	246.071	182.908
Total de outros créditos	353	180.426	67.244	4.961	252.984	190.624
Carteira total	64.697	599.344	1.418.511	1.093.265	3.175.817	2.702.904

Total circulante	2.082.552	1.708.869
Total não circulante	1.093.265	994.035

Os valores de títulos e créditos a receber foram reclassificados para a rubrica de valores a receber relativos a transações de pagamento para adequar a contabilização das transações de pagamento por cartão, de acordo com a Carta Circular 3.828/17. A partir de junho de 2022, passamos a apresentar esta abertura na nota explicativa. Estes valores referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às transações com cartão de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
AA	-	196.546	59.349	-	-
A	0,50	1.455.217	1.284.570	7.276	6.422
B	1,00	872.639	875.069	8.726	8.748
C	3,00	298.765	229.058	8.963	6.871
D	10,00	116.569	124.526	11.657	12.453
E	30,00	68.319	41.472	20.496	12.441
F	50,00	55.395	28.729	27.697	14.360
G	70,00	29.495	21.170	20.647	14.819
H	100,00	82.872	38.961	82.872	38.961
Total		3.175.817	2.702.904	188.334	115.075

Conforme disposto no Art. 6º da Resolução CMN nº 4.846/20, a provisão face à perda para as operações enquadrados no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incidir somente sobre a parcela do crédito cujo risco de crédito é assumido pela Cooperativa e esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 515.975 (dezembro de 2022 - R\$ 438.463) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 30). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 6.426 (dezembro de 2022 - R\$ 4.959) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2023				31/12/2022	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	38.863	342.167	538.117	600.824	1.519.971	1.251.751
Rural	4.971	63.595	585.239	114.456	768.261	695.998
Industrial	203	3.968	7.397	19.112	30.680	22.530
Comércio	7.940	84.380	118.594	133.953	344.867	284.172
Habitacional	24	10	15	599	648	-
Pessoas jurídicas	12.696	105.224	169.149	224.321	511.390	448.453
Total	64.697	599.344	1.418.511	1.093.265	3.175.817	2.702.904

Total circulante	2.082.552	1.708.869
Total não circulante	1.093.265	994.035

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2023	%	31/12/2022	%
10 maiores devedores	162.531	5,12	203.917	7,54
50 devedores seguintes	281.124	8,85	293.283	10,85
100 devedores seguintes	280.764	8,84	262.207	9,70
Demais	2.451.398	77,19	1.943.497	71,90
Total	3.175.817	100,00	2.702.904	99,99

c) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	164.463	115.075	65.471
Constituição de provisão	135.435	242.581	120.042
Reversão de provisão	(75.519)	(109.639)	(48.811)
Movimento da provisão para perdas no resultado	59.916	132.942	71.231
Movimentação de baixados para prejuízo	(36.045)	(59.683)	(21.627)
Saldo final	188.334	188.334	115.075

d) Resultado com operações de crédito:

	31/12/2023	31/12/2022
Empréstimos e títulos descontados	364.995	290.844
Financiamentos	92.778	72.585
Financiamentos rurais e agroindustriais	75.585	66.709
Outros	300	199
Subtotal	533.658	430.337
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	15.438	12.396
Total	549.096	442.733

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 157.421 (2022 - R\$ 72.025).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 07)	246.071	182.908
Rendas a receber	6.619	6.030
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	6.164	7.598
Avais e fianças honrados (Nota 07)	749	118
Transações com cartão de crédito	15.363	10.287
Devedores por depósitos em garantia (Nota 16)	88	-
Total	275.054	206.941
Total circulante	270.005	201.462
Total não circulante	5.049	5.479

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a receber relativos as transações de pagamento, sejam de associados ou do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Os valores a receber relativos a transações de pagamento referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às operações com cartões de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Outros valores e bens	105.096	1.767
Adiantamentos e antecipações salariais	650	518
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	2.560	2.014
Adiantamentos para Confederação Sicredi	3.698	1.246
Convênios	13	59
Cotas de consórcio	22	22
Impostos e contribuições a compensar	1.231	1.722
Pendências a regularizar	334	1.141
Valores a receber Portabilidades	22	2
Valores a receber SFG	168	266
Outros	788	279
Total circulante	114.582	9.036
Outros valores e bens	2.269	2.485
Total não circulante	2.269	2.485
Total	116.851	11.521

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	107.187	4.113
Imóveis	106.997	4.003
Veículos e afins	190	110
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(316)	(325)
Despesas antecipadas	494	464
Total	107.365	4.252

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(325)	(335)
Constituição de provisão	(10)	(19)
Reversão de provisão	19	29
Saldo final	(316)	(325)

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2023			31/12/2022
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	121.732	(38.380)	83.352	60.115
Imobilizações em curso	-	21.067	-	21.067	21.367
Terrenos	-	16.096	-	16.096	1.096
Edificações	4%	2.569	(793)	1.776	1.879
Instalações	10%	3.614	(1.257)	2.357	2.273
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	31.205	(14.872)	16.333	13.987
Móveis e equipamentos	10%	17.893	(6.006)	11.887	6.192
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	3.833	(1.344)	2.489	2.295
Equipamentos de processamento de dados	20%	23.076	(13.509)	9.567	10.054
Veículos	20%	2.379	(599)	1.780	972
Intangível		25.762	(20.274)	5.488	6.787
Investimentos Confederação	20%	25.762	(20.274)	5.488	6.787

Os Investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Depósitos	31/12/2023				31/12/2022
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	558.272	-	-	558.272	516.588
Depósitos de poupança	75	-	-	75	-
Depósitos interfinanceiros	-	-	306.578	306.578	175.257
Depósitos a prazo	9.080	43.035	2.222.267	2.274.382	2.173.273
Total	567.427	43.035	2.528.845	3.139.307	2.865.118
Total circulante				610.462	745.257
Total não circulante				2.528.845	2.119.861

NOTA 12 – RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Descrição	31/12/2023				31/12/2022
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Obrigações por emissão de letras de crédito imobiliário (LCI)	-	45	24.265	24.310	-
Total	-	45	24.265	24.310	-
Total circulante				45	-
Total não circulante				24.265	-

A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa criado para financiar o segmento imobiliário. As LCIs são emitidas por instituições financeiras que possuem carteiras de crédito imobiliário dentro de seu portfólio de investimentos. A captação em LCI é utilizada pela cooperativa para gerar funding (recurso) para suportar as demandas de crédito.

NOTA 13 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Repasse interfinanceiros	1.326.112	1.048.392
Recebimentos e pagamentos a liquidar	-	4
Total	1.326.112	1.048.396

a) Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2023				31/12/2022
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	158.163	1.038.667	113.365	1.310.195	1.027.801
Total - Recursos do Crédito Rural	158.163	1.038.667	113.365	1.310.195	1.027.801
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.826	2.181	10.910	15.917	20.591
Total - Outros Recursos	2.826	2.181	10.910	15.917	20.591
Total	160.989	1.040.848	124.275	1.326.112	1.048.392
Total circulante				1.201.837	1.002.990
Total não circulante				124.275	45.402

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 14,8% a.a. com vencimentos até 22/08/2033, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2023				31/12/2022
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
BNDES	2	-	-	2	338
Total	2	-	-	2	338
Total circulante				2	338

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 30/06/2024.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, possuem vencimentos mensais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para garantias financeiras prestadas	1.401	904
Recursos em trânsito de terceiros	4.056	2.402
Total circulante	5.457	3.306
Provisão para garantias financeiras prestadas	5.025	4.055
Total não circulante	5.025	4.055
Total	10.482	7.361

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de crédito de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2023	31/12/2022
Cível	Provável	459	840
Tributária	Provável	23	21
Total não circulante		482	861

Natureza	31/12/2022	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2023
Cível	840	485	(866)	459
Tributária	21	6	(4)	23
Total não circulante	861	491	(870)	482

Em 31 de dezembro de 2023, a Cooperativa possuía processos cuja probabilidade de perda é considerada possível, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	Total	Quantidade	Total
Cível	5	801	2	3
Tributária	4	6.016	5	5.507
Total	9	6.817	7	5.511

A Cooperativa, adicionalmente, possui em andamento processos números 10183.751233/2021-60 e 19614.726835/2021-36, versando sobre matéria tributária em que se discute os créditos de contribuição previdenciária. Os processos encontram-se aguardando comunicação oficial da Fazenda Nacional. Os valores estimados de R\$ 3.691 e R\$ 1.872 (dezembro de 2022 - R\$ 3.392 e R\$ 1.695) respectivamente, além disso possuem depósitos judiciais nos valores de R\$ 32 e R\$ 55, cuja conclusão da análise jurídica é de que a probabilidade de perda é considerada possível. No entendimento da cooperativa os créditos de contribuição previdenciária apontados efetivamente existem e são suficientes para compensação integral dos débitos informados.

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 283 (dezembro de 2022 - R\$ 627), registrados na rubrica de “Outros Ativos Financeiros”, os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Transações com cartões de crédito	253.078	192.286
Provisão para pagamentos a efetuar	15.366	11.565
Cotas de capital a pagar	22.205	16.884
Provisão para participações nos lucros	20.139	19.801
Fundo de assistência técnica, educacional e social	7.806	9.053
Fundos voluntários	8.469	329
Impostos e contribuições a recolher	7.636	7.559
Credores diversos	9.947	10.443
Cheques administrativos	46.246	65.926
Cobrança e arrecadação de tributos	911	906
Pendências a regularizar	303	515
Total	392.106	335.267

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasse dos custos sobre a carteira de aquisição).

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Capital social	449.940	346.283
Total de associados	140.131	121.046

Em 31 de dezembro de 2023, a movimentação do capital social foi de R\$ 103.657 (dezembro de 2022 – R\$ 75.059), sendo R\$ 72.545 (dezembro de 2022 – R\$ 62.277) via integralização de resultados e R\$ 47.658 (dezembro de 2022 – R\$ 24.231), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 16.546 (dezembro de 2022 – R\$ 11.449).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 10,5% em conta capital, no montante de R\$ 39.833 (dezembro de 2022 – R\$ 34.683), sendo integralizado ao capital parte do valor, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 196/22, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Reversão do capital a pagar para a Reserva Legal

A partir de dezembro de 2023, a cooperativa passou a contabilizar a reversão de capital a pagar não procurado pelos ex associados há mais de dez anos, anteriormente destacado do capital para o passivo, conforme o disposto na Lei Complementar nº 196/22, no valor de R\$ 443.

d) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados, de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Resultado do período	217.857	186.480
(-) Juros sobre capital próprio	(39.833)	(34.683)
(-) Recuperação de Prejuízo	(10.407)	(9.345)
(-) Doações (Nota 19)	(11.500)	-
(=)Base de calculo das destinações estatutárias	156.117	142.451

Descrição	% das destinações	31/12/2023	% das destinações	31/12/2022
FATES	5%	(7.806)	5%	(7.123)
Reserva Legal	30%	(46.835)	45%	(64.103)
Total das destinações estatutárias		(54.641)		(71.226)
Sobras Líquidas a disposição da AGO		101.476		71.226

A Reserva Legal tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, é destinado à atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa.

NOTA 19 – SICREDI FUNDOS GARANTIDORES

Durante o exercício de 2023, a cooperativa solicitou um aporte ao Fundo Garantidor Regional - BRC com o intuito de promover o saneamento da carteira de crédito. Esta necessidade surgiu após a incorporação de três agências da Sicredi Expansão - Cooperativa de Crédito, pertencentes à Central Nordeste, que contribuíram para um resultado negativo no período, devido à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A solicitação de recursos foi aprovada em conformidade com os critérios estabelecidos no regulamento do fundo e demais normativas do sistema, totalizando o valor de R\$ 11.500,00 (não havendo valor em dezembro de 2022).

Conforme a legislação vigente que regula as cooperativas de crédito, é expressamente permitido que estas entidades recebam, de forma eventual, recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, provenientes de qualquer entidade, seja na forma de doações, empréstimos ou repasses, conforme estabelecido no artigo 3º, inciso VIII, da Resolução CMN nº 5.051/2022.

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	237.767	206.050
Participação nas sobras	(19.910)	(19.570)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	217.857	186.480
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(87.143)	(76.457)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	82.473	72.965
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	15.933	14.220
Demais adições e exclusões previstas na legislação	546	362
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	49.162	104.797
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	2.347.564	2.113.469
Centralização financeira (Nota 04)	286.529	163.128
Outros ativos financeiros (Nota 08)	5.658	4.882
Outros ativos (Nota 09)	3.866	1.512
Intangível (Nota 10)	5.488	6.787
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	306.578	175.257
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 13)	1.326.112	1.048.392
Outros passivos (Nota 17)	248.698	180.184
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	310.016	141.746
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 23)	31.400	30.380
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 27)	2.447	813
Ingressos de depósitos intercooperativos	26.102	76.576
Doação SFG (Nota 19)	11.500	-
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 22)	30.948	11.823
Operações de empréstimos e repasses	121.557	80.294
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 26)	2.805	3.638
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 28)	31.355	24.127

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2023	% em relação ao total	31/12/2022
Depósitos à vista	265	0,05%	416
Depósitos a prazo	1.091	0,05%	1.121
Operações de crédito	2.189	0,07%	2.086

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Pessoas chave da administração	4.179	4.148

NOTA 22 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos de poupança	1	1	-
Depósitos interfinanceiros	16.392	30.948	11.823
Depósitos de aviso prévio	38	76	78
Depósitos a prazo	118.064	240.885	200.853
Letras de crédito imobiliário	414	414	-
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	2.140	4.276	3.819
Total	137.049	276.600	216.573

NOTA 23 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Cobrança	2.697	5.308	4.943
Comissões	1	274	138
Consórcios	3.375	6.439	5.051
Convênios	1.262	2.513	2.781
Distribuição de produtos e serviços bancários	14.467	30.845	29.868
Processamento da compensação	52	102	110
Seguros	11.420	19.573	13.684
Taxas e tarifas	1.530	2.705	2.191
Serviços de pagamento	20.976	37.953	29.742
Antecipação de recebíveis	2.015	3.596	922
Outros serviços	231	453	444
Total	58.026	109.761	89.874

NOTA 24 – RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Pacotes de serviços - PF	1.721	2.653	5.491
Serviços prioritários - PF	536	1.128	1.303
Serviços diferenciados - PF	3	6	30
Tarifas bancárias - PJ	1.909	3.435	5.229
Total	4.169	7.222	12.053

NOTA 25 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	29.433	55.534	48.088
Benefícios	10.972	20.111	15.681
Encargos sociais	11.936	21.305	17.977
Treinamentos	466	577	618
Total	52.807	97.527	82.364

NOTA 26 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Água, energia e gás	846	1.727	1.927
Aluguéis	2.659	5.228	4.237
Comunicação	1.130	2.276	2.201
Manutenção e conservação	4.614	7.330	4.860
Material de expediente	1.092	2.076	2.182
Processamento dados	3.872	7.081	5.409
Propaganda e publicidade	1.716	3.067	1.519
Promoções e relações públicas	3.703	10.614	9.089
Serviços do sistema financeiro	2.745	5.104	4.762
Assessoria e consultoria	512	863	291
Auditoria externa	49	49	44
Serviços jurídicos	821	1.350	1.056
Serviços de terceiros	3.209	5.697	2.895
Serviços de técnicos especializados	1.711	7.180	9.509
Serviços de vigilância e segurança	1.738	3.476	3.039
Serviços de transportes	1.112	2.078	2.956
Depreciação	4.256	8.164	7.827
Amortização (Rateio Confederação)	1.364	2.680	2.178
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	3.563	9.193	10.181
Emolumentos e taxas diversas	1.272	2.993	1.408
Ressarcimento tarifas	318	547	432
Seguros	125	253	512
Viagens	1.017	1.682	545
Outras despesas administrativas	4.507	7.616	6.111
Total	47.951	98.324	85.170

NOTA 27 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Absorção de dispêndios - FATES	3.426	9.057	10.181
Utilização de fundos voluntários	2.055	3.590	2.647
Lucros na alienação de valores e bens	53	158	2.834
Recursos recebidos Sicredi Fundos Garantidores (Nota 19)	11.500	11.500	-
Recuperação de encargos e despesas	800	1.384	2.401
Reversão de provisões operacionais	441	4.885	2.182
Reversão de provisões impostos folha	2.360	3.255	2.751
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	1.545	2.979	1.679
Reversão de provisões para passivos contingentes (Nota 16)	331	886	93
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	-	1.231	2.176
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	711	1.388	1.641
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	573	1.120	1.541
Lucros e dividendos	478	1.218	813
Juros ao capital próprio	1.229	1.229	-
Outras rendas operacionais	902	1.751	1.297
Total	26.404	45.631	32.236

NOTA 28 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Descontos concedidos em renegociação e crédito	12.897	15.873	4.540
Contribuições Cooperativistas	87	170	175
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	770	1.373	1.132
Contribuição Confederação Sicredi	12.864	23.762	18.799
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	1.920	3.366	2.177
Encargos da administração financeira	4	7	11
Prejuízo na alienação de valores e bens	-	64	24
Provisões para garantias financeiras prestadas	2.532	4.446	2.964
Provisões para passivos contingentes (Nota 16)	371	506	352
Outras provisões operacionais	1.919	3.552	3.198
Serviços associados a transações de pagamento	13.657	19.893	11.137
Risco operacional	950	1.625	3.649
Juros e comissões	224	245	58
Tarifa serviços folha pagamento servidores	36	65	51
Distribuição de produtos e serviços bancários	337	342	9
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	669	1.289	1.288
Outras despesas operacionais	2.031	4.332	3.188
Total	51.268	80.910	52.752

NOTA 29 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

Descrição	2º semestre de 2023 (Não auditado)	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes das destinações	126.122	217.857	186.480
Recursos recebidos do Sicredi Fundos Garantidores (Nota 19)	(11.500)	(11.500)	-
Resultado recorrente	114.622	206.357	186.480

NOTA 30 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Beneficiários de garantias prestadas	515.958	438.437
Coobrigações em cessões de crédito	17	26
Total	515.975	438.463

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 31 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. A estrutura centralizada conta com Comitê de Riscos e de Capital e Comitê de Auditoria Estatutário, com a participação de membros independentes nos mesmos, conforme exigências regulatórias e melhores práticas, os quais atuam como órgãos de assessoramento ao Conselho de Administração. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, o de continuidade de negócios, de Mercado, de Variações de Taxas de Juros, de Liquidez, de Crédito, Socioambiental, Risco de Conformidade e Risco de Segurança da Informação, cujos principais aspectos são apresentados a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;
- Plano de contingência de capital estabelecendo estratégias e procedimentos, definidos e documentados, para enfrentar situações de estresse.

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação e análise, avaliação, resposta, monitoramento e reporte dos riscos operacionais;
- Identificação, registro e tratamento de eventos de risco operacional;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.
- Gerenciamento do risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto ao Negócio (BIA) são identificados os serviços considerado críticos, bem como suas dependências na visão de Serviço de TI e Terceiros que suportam estes serviços. A partir desta análise é possível definir as estratégias e respectivos planos de contingência. principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e prevista na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os serviços processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de TI na visão de negócio;
- Planos de continuidade operacional;
- Planos de substituição de empresas terceiras.

Por fim, a estrutura centralizada do Sicredi disponibiliza, através da Norma Sistêmica de Continuidade de Negócios, para todas as suas cooperativas algumas recomendações para aumento da resiliência de seus serviços, orientando a criação de Análises de Impacto ao Negócio e Planos de Continuidade.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária.

O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreamento e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas de riscos de crédito são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado e ao apetite a risco do sistema, aprovadas pelas alçadas competentes do sistema.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade, disponibilidade das informações, a governança e os controles implementados. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta entre Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a identificação e manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos para a mitigação, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 32 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2023	31/12/2022
Patrimônio de Referência (PR)	1.036.002	833.369
Nível I (NI)	1.036.002	833.369
Capital principal - CP	1.036.002	833.369
Capital social	449.940	346.283
Reservas de capital	490.074	422.647
Sobras acumuladas	101.476	71.226
Ajustes Prudenciais	(5.488)	(6.787)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	4.307.153	3.593.791
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	26.692	2.397
Margem de Capital	557.059	453.624
Índice de Basileia (PR / RWA)	24,05%	23,19%
Situação de Imobilização (Imob)	83.352	60.115
Índice de Imobilização (Imob / PR)	8,05%	7,21%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 33 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2023, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 34 – OUTRAS INFORMAÇÕES

I) Plano de Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Adicionalmente, em 23 de Novembro de 2023 o Banco Central divulgou a Resolução BCB nº 352, norma complementar a Resolução CMN nº 4.966, no qual divulgou os procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixa de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros (teste de “SPPI”), metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito (metodologia simplificada), e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas.

As Cooperativas Singulares e as Centrais, aprovaram internamente em sua governança, o plano de implementação com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025.

O resumo do plano está demonstrado a seguir:

- Fase I (2022): Avaliação e entendimento dos impactos da norma (análise de Gaps);
- Fase II (2022/2023): Desenho e especificações das soluções e metodologias;
- Fase III (2023/2024): Desenvolvimento sistêmicos, motores de cálculo etc.;
- Fase IV (2023/2024): Testes e implementações.

O SICREDI organizou internamente em Grupos de Trabalhos, no qual estão atuando nas aplicações dos conceitos da nova norma, incluindo: aplicação de novas metodologias, políticas, processos e consequente reflexos sistêmicos.

Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório. O processo completo de implantação será concluído até a data de entrada em vigor das normas.

Adicionalmente, o Banco Central do Brasil definiu a reestruturação do elenco de contas do Cosif, estabelecendo a novas estruturas, bem como limitando os níveis de agregação do elenco de contas. Os pontos mencionados foram publicados através das Instrução Normativa BCB nº 426 a 433 de 1/12/2023. As avaliações dos impactos do plano de contas estão em andamento com revisão do projeto.

b) Lei nº 14.467 de 16/11/2022

A Lei 14.467 publicada em 16 de novembro de 2022, prevê novos critérios para o reconhecimento fiscal das perdas incorridas no recebimento de créditos do setor financeiro, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025. Visto que esta norma está diretamente relacionada com a implementação da Resolução CMN 4.966/2021 (“IFRS 9”), o Sicredi está analisando os impactos de forma conjunta entre diversas áreas, especialmente riscos, contabilidade”.

Giorgio Martins Bonato
Diretor Executivo
CPF: 867.644.891-49

Antônio Carlos Peres
Diretor de Operações
CPF: 528.531.361-91

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20